

EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO DE INTERESSADOS EM COMPOR GRUPO DE TRABALHO COMO REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (DUAS VAGAS) E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (DUAS VAGAS), COM O OBJETIVO DE APOIAR A IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO SMA Nº. 189, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES NATIVAS DO BRASIL NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), através da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB), no uso de suas atribuições, e,

Considerando a Resolução SMA nº 189/2018, em especial os artigos 42 a 44, que constitui e estabelece as atribuições de Grupo de Trabalho (GT), cujo objetivo é apoiar a implantação dos seus termos, definindo que, além de representantes de órgãos e entidades públicos, sua composição contará com dois representantes da sociedade civil e dois representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Considerando a importância dos compromissos atribuídos ao GT pela normativa e a relevância da efetiva participação da sociedade civil organizada e Povos e Comunidades Tradicionais;

Considerando a Consulta Pública realizada no período de xx/yy/2020 a zz/ww/2020, que teve por objetivo receber sugestões e críticas para o aprimoramento dos termos deste edital

CONVIDA os interessados em compor o Grupo de Trabalho como representantes da sociedade civil e dos Povos e Comunidades Tradicionais para cadastramento, segundo os critérios e condições abaixo estabelecidos:

- 1) Dos critérios e condições para o cadastramento das entidades às duas vagas destinadas aos representantes da sociedade civil no**

processo de seleção:

O cadastramento das entidades, formalmente constituídas, interessadas em representar a sociedade civil organizada no citado conselho dar-se-á mediante a apresentação da cópia simples dos seguintes documentos:

- a) CNPJ comprovando a existência da entidade há pelo menos um ano, através da data de abertura descrita neste documento;
- b) Cópia da Ata de eleição da diretoria atual;
- c) Cópia do Estatuto da entidade comprovando os objetivos de atuação da entidade na área de interesse, devidamente registrados em cartório;
- d) Currículo da entidade demonstrando a efetiva atuação da mesma com atividades relacionadas à exploração sustentável de vegetação nativa, em especial dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, e/ou em projetos realizados com povos e comunidades tradicionais;
- e) Manifestação formal do representante legal da entidade demonstrando o interesse em participar do Grupo de Trabalho e indicação do nome do(a) representante;
- f) Cópia do documento de identidade do representante indicado.

2) Dos critérios e condições para o cadastramento de interessados às duas vagas destinadas aos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais no processo de seleção:

Para entidades representativas dos Povos e Comunidades Tradicionais:

- a) CNPJ comprovando a existência da entidade há pelo menos um ano, através da data de abertura descrita neste documento;

- b) Cópia do estatuto, no qual conste a missão e os objetivos da entidade relacionados a Povos e Comunidades Tradicionais;
- c) Cópia da ata de eleição e posse da diretoria atual;
- d) Currículo da entidade demonstrando a efetiva atuação da mesma em projetos e/ou atividades realizadas em conjunto com Povos e Comunidades Tradicionais;
- e) O (A) representante indicado(a) deverá possuir, preferencialmente, experiência em práticas tradicionais sustentáveis de vegetação nativa, que será comprovada mediante a apresentação de carta do(a) representante da organização declarando o tempo de prática da(s) atividade(s).
- f) Manifestação formal do representante legal da entidade demonstrando o interesse em participar do Grupo de Trabalho e indicação do nome do(a) representante;
- g) Cópia do documento de identidade do representante indicado.

Para Movimento Social:

- a) Carta de princípios da organização, na qual conste a missão e as ações de apoio aos povos e comunidades tradicionais desenvolvidas há, pelo menos, um ano;
- b) Currículo da organização demonstrando a atuação e as ações organizadas em favor dos povos e comunidades tradicionais. A comprovação poderá ser feita através de artigos publicados em meios eletrônicos, relatos em redes sociais, artigos de jornal, cartas de organizações legalmente constituídas, etc.;
- c) O(A) representante indicado(a) deverá possuir, preferencialmente, experiência em práticas tradicionais sustentáveis de vegetação nativa, que será comprovada mediante a apresentação de carta do(s) representante(s) da organização declarando o tempo de prática da(s) atividade(s).
- d) Indicação do representante pelo(s) gestor(es) da organização;
- e) Cópia do documento de identidade do representante indicado.

3) Das condições gerais para cadastramento:

- a) O interessado deve se inscrever pleiteando uma única vaga, de acordo com a área de sua atuação principal descrita no seu Currículo,
- b) O cadastramento dos interessados em compor o Grupo de Trabalho previsto na Resolução SMA 189/2018 será feito pelo envio por meio digital dos documentos referidos nos itens 1 e 2 dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste edital, no seguinte endereço eletrônico: cfb.cap@sp.gov.br
- c) Esgotado o prazo para cadastramento previsto acima, caso não haja inscrição para atender a alguma das vagas especificadas neste edital, a CFB o prorrogará por mais 30 (trinta) dias. Findado o período suplementar, mesmo que ainda se mantenha alguma vaga em aberto, será considerado encerrado este chamamento e as vagas serão preenchidas com os representantes habilitados.
- d) A verificação da conformidade dos critérios e condições para o cadastramento dos interessados no processo de seleção será feita pela Comissão Avaliadora, que procederá à habilitação para as vagas abertas.
- e) Eventuais dúvidas quanto ao preenchimento das condições para o cadastramento serão dirimidas pela Comissão Avaliadora, através de e-mail para o endereço eletrônico: cfb.cap@sp.gov.br com assunto: Consulta Pública GT 189 Dúvida.

4) Da Comissão avaliadora

- a) A Comissão Avaliadora será designada por Portaria específica do Chefe de Gabinete da SIMA para verificação da conformidade dos documentos apresentados pelos interessados e para o ranqueamento destes, conforme as informações prestadas, visando selecionar aqueles melhor qualificados para comporem o Grupo de Trabalho;
- b) A Comissão Avaliadora deverá contar com dois funcionários indicados pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, um funcionário indicado pela Fundação Florestal, um funcionário indicado pela Cetesb e com um funcionário convidado, indicado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

5) Da Seleção dos representantes em caso de haver mais interessados do que as vagas disponíveis:

- a) A seleção dos interessados para o preenchimento das quatro vagas se dará por ranqueamento, tendo como base as informações prestadas por aqueles considerados habilitados pela Comissão Avaliadora, conforme critérios estabelecidos na tabela abaixo:

Critério	Entidade 1	Entidade 2	Entidade 3	Entidade 4
Tempo de fundação da entidade (1)				
Atuação em projetos de exploração sustentável de vegetação nativa (Mata Atlântica e Cerrado) (2)				
Atuação em projetos envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais (1)				
Participação na organização de campanhas e eventos de fortalecimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (3)				
Articulação de parcerias com				

órgãos dos poderes Executivo e/ou Judiciário e/ou Ministério Público para o fortalecimento e preservação do modo de vida tradicional nos territórios (3)				
Experiência com manejo tradicional de espécies nativas (3)				
TOTAL				

Legenda referente aos critérios de atribuição da pontuação:

(1) Para todas as vagas

(2) Para as vagas destinadas a representantes da Sociedade Civil

(3) Para as vagas destinadas a representantes de Povos e Comunidades Tradicionais

b) Pontuação conforme critério de avaliação

i) Tempo de fundação da entidade:

Entidades com mais de 5 anos: 10 pontos

A partir do 5º ano, soma-se 5 pontos a cada 5 anos de atividade.

ii) Atuação em projetos de exploração sustentável de vegetação nativa do Brasil:

Execução de 01 projeto: 10 pontos

A partir do 2º projeto, soma-se 5 pontos por projeto.

iii) Atuação em projetos envolvendo Povos e comunidades Tradicionais

Execução de 01 projeto: 10 pontos

A partir do 2º projeto, soma-se 5 pontos por projeto

iv) Participação na organização de campanhas e eventos de fortalecimento dos modos de vida de comunidades e povos tradicionais:

Participação em 1 campanha ou evento: 10 pontos

A partir da segunda campanha ou evento: 5 pontos por atividade

v) Articulação de parcerias com órgãos dos poderes Executivo e/ou Judiciário e/ou com o Ministério Público, para o fortalecimento e preservação do modo de vida tradicional nos territórios:

Participação em parceria com uma instituição: 10 pontos

A partir da segunda instituição: soma-se 5 pontos por parceria

vi) Experiência com manejo tradicional de espécies nativas:

10 pontos por 5 anos. A partir de 5 anos, soma-se 2 pontos por ano de atividade

- c) Havendo candidatos habilitados à representação da Sociedade Civil, que demonstrem experiência em projetos relacionados à exploração sustentável de vegetação nativa, em número suficiente para o preenchimento das 2 vagas destinadas ao setor, a pontuação das organizações que demonstrem a realização de projetos com Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), será considerada um indicativo para futuras consultas em debates relacionados ao tema, sem representação formal, uma vez que já existem outras 2 vagas específicas destinadas aos PCT. Ressalta-se que a Resolução SMA 189/2018 trata dos critérios e procedimentos para a exploração sustentável da vegetação nativa também em outros segmentos da sociedade.
- d) No caso de vacância de qualquer das vagas destinadas à Sociedade Civil, por falta de interessados, ou pela inabilitação destas em razão dos critérios estabelecidos para seu preenchimento, estas poderão ser ocupadas por organizações cadastradas e que demonstrem experiência em trabalhos com Povos e Comunidades

Tradicionais, conforme a pontuação classificatória alcançada por estas, em ordem decrescente.

- e) O preenchimento das vagas se dará em ordem decrescente, por categoria de vaga: Sociedade Civil ou Povos e Comunidades Tradicionais.
- f) Em caso de empate e de haver mais habilitados do que vagas disponíveis, será dada aos interessados a oportunidade de entrarem em acordo para a definição da representação no prazo de 5 dias, sendo que a comunicação será feita através de mensagem eletrônica.
- g) Esgotado o prazo de 5 dias, em caso de não haver acordo, a seleção se dará por sorteio;
- h) A lista das organizações selecionadas deverá ser divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente em até 15 (quinze) dias corridos, após a decisão da Comissão Avaliadora.
- i) Os(As) representantes selecionados por este Edital terão mandato de 2(dois) anos consecutivos junto ao GT da Resolução 189/2020.

6) Dos pedidos de reconsideração:

- a) Os pedidos de reconsideração poderão ser apresentados no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a data de publicação da lista, mediante envio de mensagem eletrônica ao endereço: cfb.cap@sp.gov.br
- b) O julgamento dos pedidos de reconsideração pela Comissão Avaliadora e a comunicação de seu resultado deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de apresentação do pedido e seus resultados serão divulgados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.
- c) Após análise e julgamento dos pedidos de reconsideração, se for o caso o caso, ou do decurso do prazo estabelecido para o encaminhamento destes, os integrantes e a coordenação do Grupo de Trabalho serão designados por Portaria do Chefe de Gabinete da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, conforme dispõe o § 2º do art. 44 da

Resolução SMA nº 189/2018.